

**A. I. Nº** - 206856.0630/04-2  
**AUTUADO** - BAHICARD BRASIL LTDA.  
**AUTUANTES** - JOILSON MATOS AROUCA e ROBERTO BASTOS OLIVEIRA  
**ORIGEM** - IFMT-DAT/SUL  
**INTERNET** - 15.10.04

## 2ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

### ACÓRDÃO JJF Nº 0382-02/04

**EMENTA:** ICMS. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA. MERCADORIAS DESTINADAS A CONTRIBUINTE COM INSCRIÇÃO CANCELADA. EXIGÊNCIA DE IMPOSTO. Nas aquisições interestaduais de mercadorias tributadas, destinadas a contribuinte não inscrito ou sem destinatário certo, é devido o imposto por antecipação na entrada no território deste Estado. Comprovada a infração. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

### RELATÓRIO

O Auto de Infração, lavrado em 29/06/04, exige a antecipação do ICMS no valor de R\$2.550,00, acrescido da multa de 100%, em razão da aquisição interestadual de 02 Máquinas Tektronic, da firma Technologies Equipamentos e Suprimentos Gráficos Ltda (SP), através da nota fiscal de n.º 1314, por estabelecimento de contribuinte com inscrição estadual cancelada, conforme Termo de Apreensão e documentos às fls. 9 a 14 dos autos. Foram dados como infringidos os artigos 125, inciso II, “a”, 149; 150; 191, c/c os artigos 911 e 913, todos do RICMS, aprovado pelo Decreto n. 6.284/97, sendo a multa aplicada conforme art. 42, IV, “d”, da Lei n.º 7.014/96.

O autuado, em sua impugnação, à fl. 28 do PAF, através de seu representante legal, requer o cancelamento e arquivamento do Auto de Infração, sob o fundamento de que a natureza da operação das mercadorias objeto da autuação foi simples remessa para demonstração e posterior devolução, não estando sujeitas ao tratamento de substituição tributária. Além disso, alega que não recebeu a intimação ou comunicação para cancelamento de sua inscrição estadual por A. R. dos Correios, e que isso fere a Constituição Federal.

Na informação fiscal, às fls. 42 a 43, preposto fiscal estranho ao feito opina pela procedência da autuação, por entender que não assiste razão ao autuado, pois o mesmo foi intimado para cancelamento em 05/09/2003 e efetivamente cancelado no dia 08/10/2003, através dos Editais n.ºs 20/2003 e 26/2003, publicados no Diário Oficial do Estado, pelo motivo descrito no artigo 171, inciso IX, que se refere à situação: “quando o contribuinte deixar de atender a intimações referentes a programações fiscais específicas, eventualmente programadas e autorizadas”.

Ressalta que não pode o autuado alegar desconhecimento da intimação para cancelamento e do cancelamento, porquanto foram ambos publicados em veículo oficial de divulgação, e que nessa situação estava legalmente impedido de praticar atos de comércio, e que tendo sido flagrado comercializando em situação irregular, obriga-se a recolher de imediato o ICMS correspondente, acrescido da multa prevista no artigo 42, inciso IV, alínea “j”, da Lei n.º 7.014/96.

## VOTO

Trata-se de Auto de Infração lavrado para exigir o imposto, por antecipação, em razão da constatação da destinação de mercadorias a contribuinte com inscrição estadual cancelada.

Da análise das peças processuais, constato que a repartição fazendária antes de proceder o cancelamento da inscrição expediu intimação para cancelamento em 05/09/2003 através do Edital nº 20/2003 publicado no Diário Oficial do Estado, e não tendo o autuado tomado qualquer providência sobre este ato, teve efetivamente cancelada sua inscrição no dia 08/10/2003, através do Edital nº 26/2003, também publicado no Diário Oficial, pelo motivo descrito nos artigos 171, inciso IX, qual seja : “quando o contribuinte deixar de atender a intimações referentes a programações fiscais específicas, eventualmente programadas e autorizadas”, tudo conforme consta na informação do INC (fls. 09 a 10), e do preposto fiscal estranho ao feito que prestou a informação fiscal.

Portanto, observo que o procedimento de cancelamento da inscrição estadual obedeceu ao que determina o §1º do citado artigo 171 do RICMS/97, eis que, o procedimento de cancelamento da inscrição estadual foi precedido dos Editais citados, devidamente publicado no Diário Oficial do Estado em 12/03/03, no qual foi fixado o prazo de 20 dias para a regularização, o que não ocorreu por parte do interessado.

Portanto, ficou caracterizada a aquisição das mercadorias pelo autuado, o qual se encontrava, à época da ação fiscal, com sua situação cadastral irregular. Nesta condição é devido o recolhimento do imposto por antecipação na entrada no território do Estado da Bahia, por destinar-se a contribuinte não inscrito ou sem destinatário certo, nos termos do art. 125, inciso II, “a”, do RICMS.

Do exposto, voto o Auto de Infração PROCEDENTE, cabendo-lhe a multa de 60%, prevista no art. 42, II, “f”, da Lei nº 7.014/96, por não ficar constatada a ação ou a omissão fraudulenta prevista na alínea “j” do inciso IV do citado dispositivo legal.

## RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **206856.0630/04-2**, lavrado contra **BAHIACARD BRASIL LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$2.550,00**, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, II, “f”, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 05 de outubro de 2004.

JOSÉ CARLOS BACELAR – PRESIDENTE/RELATOR

JOSÉ BIZERRA LIMA IRMÃO – JULGADOR

TERESA CRISTINA DIAS CARVALHO – JULGADORA